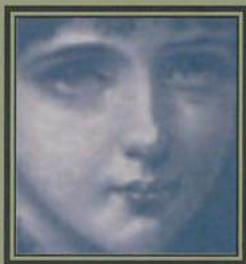


ELZA BERQUÓ

[ORGANIZAÇÃO]

SEXO & VIDA



PANORAMA
DA SAÚDE
REPRODUTIVA
NO BRASIL

EDITORA UNICAMP

Elza Berquó
(org.)

SEXO & VIDA
PANORAMA DA SAÚDE REPRODUTIVA NO BRASIL

EDITORA UNICAMP



Apoio:



Fundação Ford

BIBLIOTECA DO NEPO
UNICAMP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO (<i>Elza Berquó</i>)	7
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – PAUTA GLOBAL E PERCURSOS BRASILEIROS (<i>Sonia Corrêa, Maria Betânia Ávila</i>)	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
O CAMPO POLÍTICO-LEGISLATIVO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO BRASIL (<i>Leila Linhares Barsted</i>)	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
SEXUALIDADE, GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS (<i>Wilza Vieira Villela, Margareth Arilha</i>)	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTRACEPÇÃO NO BRASIL (<i>Elisabeth Meloni Vieira</i>)	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
GRAVIDEZ, PARTO, PUERPÉRIO E AMAMENTAÇÃO (<i>Marina Ferreira Rea</i>)	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
A MENSURAÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL (<i>Anna Volochko</i>)	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253
A QUESTÃO DO ABORTO – ASPECTOS CLÍNICOS, LEGISLATIVOS E POLÍTICOS (<i>Maria Isabel Baltar da Rocha, Jorge Andalaft Neto</i>)	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	296

Anexo 1 – SITUAÇÃO LEGAL DO ABORTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE ...	299
Anexo 2 – PROCEDIMENTOS RECOMENDADOS EM HOSPITAIS BRASILEIROS PARA INTERRUPTÃO DA GESTAÇÃO NOS CASOS PREVISTOS EM LEI E NAS SITUAÇÕES DE MALFORMAÇÃO FETAL	302
Anexo 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES SOBRE ABORTAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL, 1991-2001	304
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE – INTERSEÇÕES (<i>Jacqueline Pitanguy</i>)	319
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	336
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A EPIDEMIA DE AIDS (<i>Regina Maria Barbosa</i>)	339
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	384

APRESENTAÇÃO

A denominação "saúde reprodutiva", cunhada no contexto da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1988, representou uma extensão do conceito global de saúde à área da reprodução humana. O surgimento da aids e a preocupação com o aumento de doenças sexualmente transmissíveis trouxeram para a agenda da OMS as questões ligadas à sexualidade e à saúde sexual. Para seu então diretor Mahamoud S. Fathalla,

saúde reprodutiva deve conter os seguintes elementos básicos: (a) que todos tenham autonomia tanto para a reprodução como para regular a fecundidade; (b) que as mulheres tenham gestações e partos seguros; e (c) que o resultado da gestação seja bem-sucedido em termos do bem-estar da mãe e sobrevivência do recém-nascido. Além disso, os casais devem poder ter relacionamentos sexuais sem medo de gestações indesejadas e de contrair doenças sexualmente transmissíveis.

Essa noção orientou toda a fase de preparação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD-94) no que se refere à reprodução. Mulheres organizadas de todo o mundo aderiram à idéia de um conceito mais amplo do que aquele do planejamento familiar, em virtude de sua própria limitação e de sua vinculação a visões neomalthusianas. A CIPD, após calorosos debates, ampliou e ratificou o conceito de saúde reprodutiva:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todos os assuntos concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não à simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida se-

xual segura e satisfatória, tendo autonomia para reproduzir e liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo.

É no contexto desse novo campo temático e do amplo debate preparatório para a Conferência do Cairo que o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade de Campinas (UNICAMP) dá passos decisivos na ampliação de sua capacidade para estudos e pesquisas.

A necessidade de integração entre as ciências humanas e as ciências da saúde no exame dos conceitos e na análise das questões referentes à saúde reprodutiva e aos direitos sexuais e reprodutivos motivou a criação no NEPO, em maio de 1992, do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade (PSRS). Cobrindo as áreas de pesquisa, treinamento e reciclagem, o PSRS — que desde sua criação contou com o apoio da Fundação Ford — estruturou-se como um projeto de intervenção na produção de conhecimentos e na capacitação de recursos humanos.

A atividade de capacitação, denominada Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade (PESRS), teve início em maio de 1993, quando foi realizado o primeiro curso que, na época, era o único no gênero em todo o país. Sua formulação inicial contou também com a colaboração do Centro de Pesquisa e Controle das Doenças Materno-Infantis de Campinas (CEMICAMP).

Consoante com o enfoque integrador das ciências humanas e da saúde voltado para saúde reprodutiva e sexualidade, o objetivo do PESRS foi dotar o profissional atuante nesses dois domínios com conhecimentos e informações atualizadas. Nesse sentido, viabilizou a discussão dos referenciais teórico-metodológicos desses campos, além de contextualizar a questão da saúde reprodutiva no Brasil, dando subsídios para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Além disso, o PESRS sempre valorizou enfoques que levassem em conta questões das relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração. Esses enfoques proporcionaram elementos para traba-

lhar a área de direitos de cidadania, orientados aos direitos sexuais e reprodutivos.

Com base nessas principais referências, as atividades do PESRS organizaram-se em sete módulos, tratando dos seguintes temas:

- sexualidade;
- concepção e contracepção;
- doenças sexualmente transmissíveis e HIV/aids;
- pré-natal, parto e nascimento, puerpério e amamentação;
- mortalidade e morbidade;
- aborto;
- novos desafios para o campo da saúde reprodutiva.

Cada módulo visou à apresentação do estado da arte na respectiva temática, bem como uma atualização dos respectivos cenários internacionais, nacionais e regionais. Essa visão foi sempre enfocada de uma perspectiva multidisciplinar, considerando os aspectos biológicos, epidemiológicos, clínicos, éticos, jurídicos, sociais, culturais e psicológicos. Contemplou também uma visão histórica e contemporânea dos conteúdos:

- Módulo Sexualidade – estudou as perspectivas teóricas e de intervenção sobre sexualidade, gênero e poder, bem como a constituição da sexualidade nas culturas ocidentais modernas e a construção dos sujeitos sexuais;
- Módulo Concepção e Contracepção – discutiu o quadro da reprodução no país e os aspectos vinculados às opções conceptivas e contraceptivas de homens e mulheres; as tecnologias em contracepção e suas controvérsias; os avanços e impasses na reprodução assistida.

Essa discussão situou-se no contexto das mudanças socioculturais das últimas décadas, bem como no contexto do debate sobre a assistência à saúde no Brasil.

- Módulo Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids – apresentou um quadro da epidemia do HIV/aids no país e das estratégias de enfrentamento nos níveis governamental e não governamental. A abordagem de alguns aspectos situados na interseção da aids com a sexualidade e com a saúde reprodutiva buscava apontar os principais problemas e desafios a serem resolvidos, visando contribuir para a redução da vulnerabilidade da população feminina à epidemia;
- Módulo Pré-Natal, Parto e Nascimento, Puerpério e Amamentação – por meio de uma visão histórica, o trabalho nesse módulo buscou compreender como as mulheres têm vivido a gravidez, o parto, o puerpério e a amamentação; a análise de políticas públicas de respeito aos direitos reprodutivos das mulheres pautou o conteúdo desse módulo e ênfase especial foi dada ao parto humanizado e ao direito de amamentação da mulher trabalhadora;
- Módulo Mortalidade e Morbidade – tendo como cenário a transição demográfica e epidemiológica no Brasil, esse módulo enfocou as estratégias de prevenção e superação dos limites impostos pelas neoplasias, em especial as do aparelho reprodutor feminino e masculino, com ênfase no câncer de colo de útero e de próstata, em uma perspectiva clínica, social e de políticas públicas. Enfoque especial foi dado à mortalidade materna;
- Módulo Aborto – analisou alguns contextos históricos e atuais em que o tema se faz presente, mostrando sua universalidade e atualidade. Como parte dessa visão geral, foram enfocados alguns aspectos dessa discussão no âmbito do Estado e dos grupos políticos e sociais envolvidos no tema. Além dos aspectos epidemiológicos e clínicos, também os jurídicos e religiosos são discutidos e, particularmente, as dificuldades e desafios da realização de pesquisas nesse campo, dada a ilegalidade no país do aborto provocado;
- Módulo Novos Desafios para o Campo da Saúde Reprodutiva – na perspectiva de novos desafios, foram tratados dois

grandes temas da atualidade: saúde sexual e reprodutiva de homens e de mulheres após os 50 anos; violência. O primeiro grande tema tratou do homem, seu crescimento e amadurecimento, bem como a andropausa, como conceito e novas demandas e alternativas terapêuticas. Para as mulheres acima dos 50 anos, o módulo discutiu os mitos e realidades do climatério e da estética como demanda. A discussão sobre violência compreendeu a questão do Estado e sociedade, violência de gênero, de conflito privado à questão social, políticas públicas e o arcabouço jurídico-institucional na violência contra a mulher, além do papel do setor saúde.

De 1993 a 2000, o PESRS ofereceu nove cursos presenciais, cada um com duração de três semanas, em tempo integral, abrangendo um total de 120 horas, entre exposições, palestras, mesas-redondas e laboratórios.

A prova do interesse despertado pelo PESRS foi a demanda sistemática, traduzida por uma média anual de 120 pedidos de inscrição, totalizando 1.066 solicitações, das quais 1.021 de brasileiros e 45 de estrangeiros. Integraram o PESRS 188 profissionais brasileiros e 21 estrangeiros, provenientes da América do Sul, América Central e Caribe e África portuguesa.

Em todos os nove cursos do PESRS, a demanda majoritária veio do Sudeste, seguido do Nordeste. Em termos globais, as solicitações provenientes do Sudeste corresponderam a 47%, sendo 29% do Nordeste; do Sul, Norte e Centro-Oeste vieram respectivamente 11%, 7% e 6% das demandas. Com capacidade de 20 a 25 vagas em cada curso, a seleção para cada um representou um esforço no intuito de manter um equilíbrio quanto à representação regional, o que foi conseguido, como atestam as proporções de selecionados em relação aos inscritos, de 17%, 18%, 21%, 17% e 23%, para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, respectivamente.

Outra preocupação no processo de seleção foi manter de forma equitativa a representação das duas grandes áreas do conhecimento, isto é, ciências da saúde e ciências humanas. Embora a primeira representasse 60% das demandas, foi possível incluir, dentre os profissionais selecionados, 43% atuantes nas Ciências Humanas.

Finalmente, vale a pena registrar que também foi possível manter certo equilíbrio quanto à representação de profissionais atuando em universidades, serviços e organizações não governamentais.

O PESRS atingiu plenamente seus objetivos graças à dedicação de uma equipe comprometida com a difusão de conhecimentos voltados para a capacitação de recursos humanos atuantes na área da saúde reprodutiva e dos direitos sexuais e reprodutivos. Incorporando, ao longo desses dez anos, os resultados dos avanços teóricos, metodológicos e tecnológicos, das conquistas no campo da bioética, da legislação e da política, e das demandas de controle social, o PESRS manteve-se sensível e atualizado em face das transformações por que foram passando tanto o campo temático quanto a sociedade brasileira.

Esta coletânea, ao documentar o amadurecimento do campo de estudos da saúde reprodutiva e sexualidade, vem oferecer a seus estudiosos visões plurais inspiradas nas temáticas dos sete módulos que pautaram os diversos cursos do PESRS. Aos autores e colaboradores, registramos nossos profundos agradecimentos.

Em “Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiro”, Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila examinam a gênese desses dois conceitos, bem como os avanços e desafios recentes que se apresentam no plano conceitual e na esfera política propriamente dita, situando os usos e significados dos direitos reprodutivos no contexto brasileiro, quando se consideram as desigualdades de gênero, classe e raça. Focalizando três temas na realidade brasileira – o aborto, a esterilização feminina

e os exames de DNA para verificação de paternidade —, as autoras examinam criticamente as tensões que permeiam a aplicação dos direitos reprodutivos, buscando discernir entre os conteúdos de direito, por um lado, e saúde, por outro, bem como suas interfaces e disjunções.

A evolução dos conteúdos normativos acerca dos direitos reprodutivos na legislação brasileira é tratada no capítulo de Leila Linhares Barsted, “O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil”. A autora mostra como, na década de 1980, delinea-se o campo político do direito à saúde e, em especial, à saúde reprodutiva. Contudo, esse campo não se constitui sem tensões internas e externas ao movimento feminista; e sua conformação reflete-se não apenas na emergência de novos atores, mas também no alargamento do conceito de cidadania. No exame das questões relativas à sexualidade, a autora focaliza as contradições e indefinições que perpassam a legislação brasileira, as quais, em sua base, expressam também contradições e impasses da própria democracia, em uma cultura marcada por forte tendência autoritária e hierarquizante.

Wilza Vieira Villela e Margareth Arilha discutem a interseção dos temas “Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos”. Recuperando a evolução histórica da construção social do conhecimento sobre corpo feminino, sexualidade e gênero, as autoras buscam integrar essas dimensões aos direitos humanos, nos quais se inserem os direitos sexuais e reprodutivos. A inclusão dessa temática no debate sobre os direitos humanos busca contribuir para o exercício da alteridade e o reconhecimento da legitimidade das diversas orientações sexuais.

Elisabeth Meloni Vieira, no capítulo “Políticas públicas e contracepção no Brasil”, examina a relação entre direitos reprodutivos e políticas públicas, acompanhando o desenvolvimento dessas idéias nos dois campos, dos direitos e das políticas; aborda a evolução das tecnologias contraceptivas que permitiram a expansão das possibilidades de escolha e, também, os fóruns

internacionais nos quais foram debatidas e aperfeiçoadas as noções de direitos reprodutivos. O panorama que traça do planejamento familiar no Brasil abrange a transição demográfica, a queda da fecundidade, o debate sobre as políticas populacionais e os aspectos legais do planejamento familiar. A autora discute ainda questões sobre as novas tecnologias de concepção e contracepção, enfocando o debate ético sobre seu desenvolvimento e regulamentação.

Marina Ferreira Rea traz uma abordagem multidisciplinar dos vários aspectos da maternidade em “Gravidez, parto, puerpério e amamentação”. Seu capítulo busca integrar visões de cientistas sociais, demógrafos e epidemiologistas no entendimento da maternagem e seus matizes. Ao analisar a assistência ao pré-natal, parto e puerpério no país, destaca a situação da mãe trabalhadora e os benefícios da legislação trabalhista brasileira. A amamentação é especialmente enfocada considerando a epidemia de HIV/aids, discutindo-se estudos sobre essa via de transmissão e as alternativas para a alimentação dos filhos de portadoras do vírus.

O sombrio avesso da maternidade — a morte materna — é analisado por Anna Volochko no capítulo “A mensuração da mortalidade materna no Brasil”. A autora introduz o leitor à complexidade e aos desafios da tarefa de medir magnitude, acompanhar tendências e interpretar resultados de diversas fontes e estratégias de mensuração da morte de mulheres durante a gestação, parto e pós-parto. Um panorama dos sistemas de mensuração no mundo serve de pano de fundo para a análise do sistema brasileiro, bem como das medidas a serem implantadas ou já em curso, visando aprimorar a mensuração, que é subsídio básico das intervenções para evitar tais mortes.

Em “A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos”, Maria Isabel Baltar da Rocha e Jorge Andalaft Neto analisam a temática do aborto inseguro em uma perspectiva multidimensional. Apresentam os aspectos clínicos de sua ocor-

rência, bem como uma análise comparativa do abortamento em países com distintos graus de desenvolvimento. Explicitam assim a dimensão do risco nos altos índices de abortos ilegais realizados nos países com menor grau de desenvolvimento, mesmo quando vigoram mecanismos legais que garantem sua realização pelos sistemas de saúde em certos casos. A defasagem entre a lei e sua implantação bem como o efetivo acesso aos serviços aparecem como elementos que, combinados, potencializam o grave problema do aborto inseguro. Discutindo o caso brasileiro, os autores evidenciam a ambivalência das práticas jurídicas no tratamento da questão e apresentam um mapeamento crítico do debate a respeito no Congresso Nacional, evidenciando os embates entre os principais atores envolvidos: a Igreja Católica, os religiosos evangélicos, segmentos da categoria médica e o movimento feminista.

Jacqueline Pitanguy discute as relações entre “Violência de gênero e saúde: interseções”, evidenciando a violência sexual como um problema de saúde pública. Com base no reconhecimento de que as relações sociais permeadas de conteúdo violento são historicamente construídas, portanto dinâmicas e mutáveis, a autora analisa o caso brasileiro mostrando a fragmentação dos direitos de cidadania em função de classe social, raça/etnia e sexo. Em uma perspectiva de gênero, focaliza os avanços na evolução legislativa e policial no sentido de reconhecer e coibir a violência no âmbito das relações intrafamiliares; contudo, persistem ainda resistências, evidenciadas pelos conteúdos de sentenças judiciais e pelos preconceitos de gênero.

Em “Um olhar de gênero sobre a epidemia de aids”, Regina Maria Barbosa aponta equívocos básicos na avaliação inicial sobre os rumos da epidemia, que retardaram o delineamento de estratégias específicas de enfrentamento. Destaca o processo de interação sinérgica entre desigualdade social e gênero, cujos efeitos se traduzem hoje no fenômeno da pauperização e feminização da epidemia. Analisando os determinantes desse

fenômeno, a autora agrega a dimensão de gênero no que diz respeito à vulnerabilidade de determinados grupos, discutindo os direitos reprodutivos e a transmissão materno-infantil do HIV, bem como os limites e desafios das estratégias e possibilidades de prevenção, focalizando a realidade brasileira.

Ao final desta apresentação, queremos agradecer à Fundação Ford pela visão de futuro que demonstrou ao apoiar por todos esses anos o Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade do NEPO.

Muitos foram os profissionais convidados a colaborar com o PESRS, por meio de conferências, aulas, seminários e mesas-redondas. A todos, nosso reconhecimento pela relevante contribuição que prestaram no campo de suas especialidades.

Queremos agradecer também a participação de Fátima Ferreira da Silva, Adriana Cristina Fernandes, Eliane A. Nobre de Campos, Raquel de Oliveira S. Eichman Jakob, Marcelo Luiz Lopes Faria, Lúcia Tiemi K. Haach, Patrícia Maria de Farias e Carmen Siqueira Ribeiro dos Santos Nogueira, por terem garantido, de forma decisiva, apoio técnico e administrativo ao PESRS, essencial em empreendimentos de tal envergadura.

Mas queremos, acima de tudo, render justa homenagem a Maria Isabel Baltar da Rocha, Maria Coleta Albino de Oliveira, Margareth Arilha, Regina Maria Barbosa, Estela Maria G. P. da Cunha, Marina Ferreira Rea e Tânia Di Giacomo do Lago, que, desde a primeira hora, assumiram com entusiasmo, competência e responsabilidade este sonho coletivo.

Elza Berquó
Coordenadora geral
Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade do
Núcleo de Estudos de População – UNICAMP